



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CURSO EM SERVIÇO SOCIAL**

**RAIZA CALASANS MODESTO**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO  
SALVADOR: UM NOVO OLHAR SOBRE AS ESTRATÉGIAS  
DE SOBREVIVÊNCIA**

Salvador  
2018

**RAIZA CALASANS MODESTO**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO  
SALVADOR: UM NOVO OLHAR SOBRE AS ESTRATÉGIAS  
DE SOBREVIVÊNCIA**

Trabalho final apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II da faculdade de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de nota final na graduação em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Josimara Delgado

Salvador  
2018

## AGRADECIMENTOS

Durante toda a trajetória da graduação, ouvimos falar do temido Trabalho de Conclusão de Curso, o tão famoso apelidado “TCC” e respiramos aliviados quando percebemos que ele é somente no sétimo/oitavo semestre e não no período em que ainda somos calouros. Porém, a jornada acadêmica é como um sopro, quando percebemos, já estamos chegando ao fim. Por isso, sou grata ao Senhor por ter me sustentado até aqui! Foram períodos árduos, desafiadores e surpreendentes, que embora parecessem impossíveis, eram apenas degraus cimentados para uma brilhante caminhada.

Sou grata ao Movimento População de Rua por tamanho apoio, colaboração nesta produção. Sou grata a Mariana Oliveira (prima/irmã) por ter sido meu apoio, conselheira, sonhadora junto comigo. Essa conquista é nossa. Sou grata as minhas amigas da vida, as companheiras da graduação por todo apoio, carinho e abrigo, principalmente as amigas do “rolezinho”. Em especial, agradeço a Naildes Araújo por sempre me disponibilizar seu lar quando precisei de calma. Sou grata a Shirley Cruz por investir no meu futuro em todos os sentidos, sem o seu apoio eu não teria me tornado uma grande parte de quem sou hoje. Sou grata a Emily de Souza por ter caminhado desde o início da graduação ao meu lado, pelos ensinamentos, pelo encorajamento, pelo silêncio e por todo apoio, principalmente quando estive ausente. Sou grata a Gleizer Ferreira pelo apoio em Estatística, pela paciência, pelo carinho e companheirismo ao longo desses anos. E por fim, serei eternamente grata a Lorena Ferreira por tudo que fizestes por mim ao longo da graduação, desde as dicas na escolha da decisão do curso até a formação profissional.

Agradeço a Fabrício Moreira por todo incentivo para que eu concluísse a graduação e por me fazer entender que há um tempo determinado para todas as coisas. Sou grata a Luana Calasans (irmã) pela motivação e apoio no final dessa jornada e aos meus familiares pelos conselhos e esforços. E gratidão eterna a Ana Calasans “in memoriam” pelos frutos deixados aqui na terra para mim, pelos anos de dedicação e amor e por me mostrar a importância dos estudos.

Agradeço a minha orientadora Josimara Delgado pelos posicionamentos, dedicação, profissionalismo e por toda compreensão ao longo desses dois

semestres de orientação, sem esta compreensão, a trajetória do TCC teria sido muito mais difícil.

## **O bicho**

Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.  
Manuel Bandeira (1947)

MODESTO, Raiza Calasans. **População em situação de rua: um novo olhar sobre as estratégias de sobrevivência.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

## RESUMO

Essa produção acadêmica é sobre as estratégias de sobrevivência utilizadas pela população em situação de rua no bairro do Pelourinho, na cidade de Salvador-Ba. O seu objetivo é compreender as formas que eles utilizam para se alimentar; abrigar; se proteger e quais políticas públicas que as assistem. A base teórica do trabalho está no debate sobre capitalismo contemporâneo, pobreza e proteção social. Foram realizadas três entrevistas com pessoas de idades entre 27 a 54 anos que tiveram a trajetória da adolescência em situação de rua. Os resultados apontaram que diversas são as estratégias utilizadas por essa população, sendo utilizado o trabalho informal como principal meio de sobrevivência, em seguida ficam os pedidos de esmolas e por fim os pequenos delitos. A violência foi percebida como um elemento que perpassa a vida na rua e, pois, as estratégias de sobrevivência.

**Palavras-chave:** Situação de rua; adolescência; estratégias de sobrevivência.

## LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar de Menores
ONGs	Organizações Não Governamentais
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO</b> .....	<b>10</b>
2.1	A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL .....	12
2.2	POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	14
2.2.1	<b>Política Nacional de Assistência Social e os serviços prestados para a população em situação de rua</b> .....	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>ADOLESCÊNCIA E POBREZA NO BRASIL</b> .....	<b>22</b>
3.1	ADOLESCENTES POBRES NO BRASIL: APROXIMAÇÕES COM A SITUAÇÃO DE RUA.....	22
3.2	A POLÍTICA PÚBLICA PARA OS ADOLESCENTES: ENFOQUE NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA.....	24
<b>4</b>	<b>A PESQUISA DE CAMPO</b> .....	<b>29</b>
4.1	O PERCURSO METODOLÓGICO E DA PESQUISA .....	29
4.2.	AS ANÁLISES .....	34
4.2.1	<b>As gerações e a permanência na rua</b> .....	<b>34</b>
4.2.2	<b>Gênero como demarcador social de violência</b> .....	<b>36</b>
4.2.3	<b>A perversidade da violência estrutural</b> .....	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>49</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro para entrevista</b> .....	<b>51</b>



## 1 INTRODUÇÃO

São vários os fatores que influenciaram na evasão de crianças e adolescentes de suas residências para as ruas das micros e macros cidades brasileiras. Podemos defini-los como fatores internos (violência física, violência psicológica e violência sexual) e/ou fatores externos (desemprego estrutural; fome; pobreza). Segundo Martins (2002), esse fato de crianças e adolescentes em situação de rua tem a ver com a questão social, violência doméstica que se alinha a pobreza dos indivíduos ou não e também usuários de drogas lícitas ou ilícitas.

Na cidade de Salvador-Ba, mais precisamente no Pelourinho, existe um aglomerado de crianças e adolescentes vivendo em situação de rua. Desse modo, várias são as formas de sobrevivência: pedir esmolas no centro histórico, principalmente nas portas das igrejas; engraxar sapatos; vender balas e/ou outros objetos em ônibus ou nas ruas; fazer malabarismos nas sinaleiras; vasculhar as latas de lixos em busca de alimentos ou cometem pequenos delitos.

Algumas vezes essas crianças e adolescentes fazem o uso de algumas substâncias psicoativas para saciar sua fome e ter a sensação de saciedade e satisfação. Esse uso também é feito para serem aceitos em determinados grupos de rua e ter uma nova identidade afirmada. Segundo Silva (2013), a utilização das drogas lícitas ou ilícitas é algo rotineiro da população em situação de rua, muitos a utilizam para a inserção social, no entanto, não podemos afirmar que essa prática do uso das substâncias se desenvolveu nas ruas ou já era algo que até contribuiu para a evasão nas ruas.

Portanto, foram traçados alguns objetivos para nos aproximarmos da realidade no qual estão esses sujeitos, de modo a compreender e analisar quais são as estratégias adotadas para sua sobrevivência enquanto pessoa em situação de rua; conhecer especificamente as estratégias relacionadas ao trabalho e obtenção de renda; investigar se existem diferenças relacionadas ao gênero no tocante destas estratégias e por fim, identificar como as questões subjetivas se fazem presentes nas vivências dos adolescentes em situação de rua, partindo da interpretação que o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) tem como objetivo proteger integralmente estes menores, priorizando-os na elaboração/execução de políticas públicas e da inoperância do governo do Estado quanto às pessoas em situação de rua.

O presente trabalho buscou compreender quais foram os pressupostos que geraram a mobilização de crianças e adolescentes para compor a população em situação de rua na cidade de Salvador-BA, no bairro do Pelourinho.

Procurou-se através dessa investigação colher dados que contribuísse para uma produção acadêmica que impulsionasse investigadores a explorar mais o tema de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Salvador-BA mais precisamente do bairro do Pelourinho, pois os periódicos disponíveis são insuficientes para um assunto tão amplo.

A aproximação com a temática deu-se por algumas motivações: a primeira motivação foi através da observação da “gritante” desigualdade social gerada pela relação de exploração capital x trabalho. Em Salvador, principalmente no Pelourinho é muito nítido quem são os habitantes dos logradouros públicos, aqueles que são repreendidos pelos órgãos públicos. Foram através dessas observações que a inquietação veio crescendo, impulsionando uma trajetória investigativa pelo tema.

A segunda motivação deu-se por compreender que através da pesquisa bibliográfica e exploratória é possível haver implantação e implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua na capital baiana. E por fim, a terceira motivação foi o anseio por compreender quais são as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos adolescentes no bairro do Pelourinho e a partir do resultado da pesquisa repensar sobre esse fenômeno e suas diversas heterogeneidades.

Por meio de uma pesquisa qualitativa com este tema de estratégias de sobrevivência de adolescentes em situação de rua no bairro Pelourinho, haverá um leque de possibilidades para a compreensão do perfil desses adolescentes que compõem a classe trabalhadora desassistida e vulnerabilizada pelo Estado e estereotipada pela sociedade civil. Somente através dessas indagações e investigações que poderão pensar elaboração e execução de políticas sociais públicas para este público: crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Salvador-BA.

A vulnerabilidade de crianças e adolescentes em situação de rua é um problema público e o Estado tem por obrigação proteger estes menores como foi previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, os papéis foram invertidos, e essa proteção ficou a cargo da sociedade civil.

Tem surgido cada vez mais às Organizações Não Governamentais (ONGs) como principal assistência que garante alguns direitos para a população. Aqui em Salvador uma dessas instituições filantrópicas que busca atender às demandas das crianças e adolescentes em situação de rua no centro histórico é o projeto axé que já vem com atividades interventivas durante vários anos, buscando regastar o que há de melhor nestes jovens.

As políticas sociais públicas existentes para assistir crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Salvador são mínimas, pois só há criação de abrigos ou casas de acolhimentos, como por exemplo, a Fundação Casa Mãe que foi implementada em 1995. Esta por sua vez restringe a entrada de uma grande quantidade de crianças e adolescentes em situação de rua devido a sua seletividade na entrada destas crianças e adolescentes, pois o seu público alvo são as crianças e adolescentes entre 8 até 18 anos de idade. No entanto, só estes abrigos são insuficientes para atender às demandas das crianças e adolescentes em situação de rua, pois além de um local para habitar, elas necessitam de proteção, apoio do Estado e serem inseridas na sociedade como seres humanos dignos de reconhecimento.

Por isso, os capítulos a seguir irão expor de modo histórico conjuntural como surgiu o fenômeno população em situação de rua, quem são estas pessoas, como sobrevivem, as políticas de proteção existentes para assisti-las, a violência presente nesse contexto e o resultado da pesquisa de campo.

O segundo capítulo faz menção ao período histórico que antecede o modo de produção capitalista, relatando como se deu os desdobramentos da pobreza e miséria na Europa. Logo após destaca o sistema capitalista e o surgimento da questão social a partir do desenvolvimento das primeiras indústrias e a relação de força do capital para com a classe trabalhadora.

No terceiro capítulo há uma associação da adolescência com a pobreza no Brasil, trazendo características que demarcam quem são os adolescentes em situação de rua, onde se localizam, o que fazem para sua sobrevivência.

No quarto capítulo tem a pesquisa de campo, no qual irá expor os resultados das entrevistas, quem são essas pessoas que estão nas ruas, quais são suas estratégias de subsistência, como foi sua trajetória de vida até chegarem às ruas.

## **2 A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Com o processo da acumulação primitiva, muitos trabalhadores rurais, a igreja católica e alguns proprietários de terras do período feudal viram suas terras serem usurpadas pelos pequenos industriais na reforma do século XVI. Portanto, aqueles que foram postos para fora das suas propriedades, passaram a modificar a paisagem dos grandes centros industriais urbanos, porque a rua passou a ser o seu local de moradia, pois a indústria moderna não comportava o grande contingente de trabalhadores rurais nas fábricas para a venda da sua mão de obra.

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho. Dessa forma, “muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. (SILVA, 2016, p. 74)

Sendo assim, ao longo dos séculos foi crescendo a pobreza nos países europeus. Uma grande característica disto foi a fome e falta de abrigo das pessoas que passaram a viver nas ruas. Há indícios da existência desse fenômeno da população em situação de rua desde o século XIX na Europa - continente este que passava pela transição do modo de produção feudal para a acumulação primitiva.

[...] o processo histórico que dissociou o trabalhador dos meios de produção foi denominado por Marx (ibidem) de acumulação primitiva exatamente por constituir, em sua visão, a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.[...] A expropriação do produtor rural e dos camponeses que ficaram privados de suas terras constitui a base da história da acumulação primitiva que deu origem à produção capitalista[...]. (SILVA, 2006, p. 72-73)

É nesse desenvolvimento da industrialização, assalariamento e modo de produção capitalista que cresce em grande escala o número de pessoas em situação de rua nos centros urbanos, a fome, os “ladrões”, a miséria extrema, o trabalho infantil. Foi nessa transição (acumulação primitiva) que alguns autores definiram estes aspectos ora acima citados como: pauperismo, tendo como seu

marco histórico o surgimento da população em situação de rua no final do século XVIII na Europa Ocidental.

No entanto, somente através da nova ordem societária capitalista que se origina a questão social, sendo ela a contradição entre o capital (classe burguesa que detém os meios de produção, explora a classe trabalhadora e visa o lucro obtido pelas horas excedidas de trabalho) e o trabalho (classe trabalhadora que vende sua força de trabalho, produz riqueza e não tem acesso a ela) gerando como consequência as desigualdades sociais e suas múltiplas manifestações. Segundo lamamoto (2004), a questão social assume uma nova roupagem a cada época, trazendo consigo novos recortes como é o caso da questão de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente. Há ainda aqueles autores que acreditem em uma “nova questão social” na contemporaneidade devido à precarização do trabalho e as elevadas taxas no índice de desemprego, como é o caso de Castel. No entanto, compreendendo que o sistema capitalista surgiu dessa relação de exploração do capital para com a classe trabalhadora a fim de gerar a mais valia (lucro pelas horas excedidas de trabalho), fazendo com que o valor de troca se perpetuasse por meio da mercadoria, concluímos que as facetas na qual a questão social se expressa são diversas, porém a sua gênese permanece a mesma (relação capital x trabalho).

Os indivíduos que fazem parte desse fenômeno trazem consigo valores e histórias, no entanto, existe algo em comum entre eles: os resquícios do capitalismo perverso. Ao ouvirmos relatos particulares, compreenderemos os diversos motivos que levaram muitas pessoas viverem às margens da sociedade.

Historicamente, os fatores estruturais foram os marcadores principais que determinaram o fenômeno da população em situação de rua. As mudanças econômicas no país, o crescimento do exército industrial de reservas devido à inexistência de trabalho e renda, a ausência de moradia muitas vezes ligada à desastres ambientais (terremotos, inundações, deslizamentos de terra), sem falar nos fatores biográficos que envolve o rompimento de vínculos familiares devido ao uso abusivo de substâncias psicoativas, violência, mortes de membros da família reforçam as múltiplas determinações que caracterizam este público. Segundo Silva (2006), estes são os fatores mais citados nas produções teóricas contemporâneas: fatores estruturais, fatores biográficos e fatos da natureza.

Portanto, não se pode concluir que apenas um fator foi determinante para o surgimento da população em situação de rua. Com o apogeu do capitalismo, houve

mudanças na sociedade como um todo em seus vários aspectos (econômico, político, ambiental, social). A superpopulação relativa excedeu a capacidade de absorção de mão de obra do mercado, fazendo aumentar de modo discrepante o exército industrial de reserva e criando um novo tipo de trabalhador: o trabalhador polivalente, no qual precisa ser bastante qualificado e desempenhar diversas funções na empresa, sendo que no final a sua remuneração é a mesma de quando realizava apenas uma função.

[...] as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se a estrutura da sociedade capitalista, sua produção e reprodução vinculam-se aos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo [...]. (SILVA, 2006, p. 82)

A questão social oriunda do sistema capitalista se expressa de um modo radical na população em situação de rua, na desigualdade social latente que se aprofundou no capitalismo contemporâneo e nos seus próprios desdobramentos quanto ao papel do Estado e capital financeiro.

## **2.1 A questão da população em situação de rua no Brasil**

Em cada país, os desdobramentos desse fenômeno se deram de modo diferente e íntimo, havendo de comum a existência da questão social. Apesar de haver variações históricas e suas particularidades em cada década e localização, a população em situação de rua no Brasil só passou a ser “reconhecida” recentemente.

Segundo Silva (2016), existem três formas de população: a flutuante, latente e estagnada. Esta primeira se assemelha as condições de vida da população de rua, pois além de terem idade mediana, há um grande movimento desses trabalhadores que na maioria das vezes são repelidos pelos centros industriais, ou são absorvidos por eles.

Fazendo um recorte para a população em situação de rua na sociedade brasileira, podemos perceber que a migração para as regiões sul-sudeste em busca de emprego e qualidade de vida, o grande mito da “riqueza da cidade grande” tem sido um grande fator para que cada vez mais aumente esta população.

No contexto atual, a localização urbana demarca um dos aspectos da população em situação de rua, principalmente nas grandes capitais. Isso se dá devido à facilidade de circulação do capital comercial nesses espaços, as ofertas de trabalhos informais oferecidas, possibilitando a geração de renda por iniciativa própria. Uma das formas mais comuns adotada por pessoa em situação de rua como meio de subsistência, segundo Silva (2006), é o recolhimento de materiais recicláveis que diariamente são descartados, como lixo urbano, sendo aproveitado pelos catadores a fim de conseguir o seu sustento.

Os modos de sobrevivência realizados por esta população se assemelham Estado a fora no Brasil. Em cada região, as maneiras utilizadas para ganho financeiro ocorrem de forma muito parecida, as áreas de concentração são sempre as mesmas: centros urbanos próximos à bancos, restaurantes, lojas, igrejas, facilitando o recebimento de doações ou de execução de atividades ( guarda de carro, engraxate, baleiro, apresentações artísticas nos semáforos, revenda de ingressos para acesso a atividades culturais e/ou esportivas).

Nos grandes centros urbanos, as áreas de concentração de atividades econômicas comerciais, bancárias ou atividades religiosas e de lazer (supermercados, lojas, bancos, igrejas, praias, centros culturais, centros esportivos, etc.) atraem muita gente e são áreas preferidas pelas pessoas em situação de rua, pela facilidade de receber doações ou obter rendimentos por meio do desenvolvimento de atividades econômicas informais, como a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda de carro, serviços de engraxates, revenda de ingressos para acesso a atividades culturais e/ou esportivas. (SILVA, 2006, p. 91)

Embora o aspecto trabalho e renda seja um fator motivacional para a aglomeração dessas pessoas, outro aspecto que contribui bastante para a permanência nos centros urbanos é aquele relacionado as suas necessidades básicas, como: alimentação, higiene básica e acesso a saúde através dos consultórios de rua, criado pelo Estado para atender as necessidades dos mesmos).

Analisando a capital baiana, pode-se dizer que por ser a cidade mais populosa da Bahia, talvez este fenômeno esteja em maior escala no Estado. Embora existam dados quantitativos que comprovem o seu crescimento, estas pessoas não são tão vistas, pois ocupam espaços distantes dos pontos turísticos ou de bairros abastados. É muito recorrente isto acontecer em períodos no qual a capital baiana

receberá consideravelmente um contingente de turistas, como ocorre no período de carnaval ou como foi na copa do mundo de 2014 que um dos jogos foi sediado na capital. Segundo Miranda (2015) neste período foram implantados alguns equipamentos (abrigos, albergues) para a população em situação de rua pelo governo do Estado, a fim de higienizar os bairros elitizados de Salvador. Após a copa do mundo, muitos destes serviços foram extintos.

Esse público estigmatizado por ocuparem as ruas, são os mesmos que estão desassistidos pelo Estado, culpabilizados pela sociedade civil e por se encontrarem nesta situação, muitas vezes são alvos de massacres e perseguições de órgãos públicos.

## **2.2 Políticas de proteção social para a população em situação de rua**

A naturalização do fenômeno população em situação de rua é algo permanente na sociedade capitalista, juntamente com seus estigmas e preconceitos. Desse modo, as políticas sociais universalizantes para este público é quase inexistente em contrapartida o peso da cobrança e culpabilização do sujeito por estar nesta situação cresce cada vez mais.

[...] Essa tendência conduz ao enfrentamento do fenômeno como um processo natural da sociedade moderna, que deve ser amenizado, controlado, para não comprometer a ordem burguesa, ou ainda como resultante dos traços invariáveis da sociedade humana e não como um produto das sociedades capitalistas. É, portanto, uma tendência que atribui aos indivíduos a responsabilidade pela situação em que os mesmos se encontram, isentando a sociedade capitalista de sua reprodução e o Estado da responsabilidade de enfrentá-lo. (SILVA, 2006, p. 95)

A ausência no cumprimento de direitos, de atenção por meio do Estado, tem gerado o corrompimento da esperança das pessoas em situação de rua, que estão arraigados na extrema pobreza. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social de Nº8742, a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Porém, não é dessa maneira que temos visto a execução dessa lei no nosso país.

A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores



são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas. (SANTOS, 2008, p. 67)

Um dos marcos históricos mais importantes do século XX, no Brasil, foi a Constituição Federal de 1988, a qual tem, como fundamento, os princípios existentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que afirma a dignidade do Homem como finalidade primordial dos direitos humanos, não podendo ser violado. A sua base está firmada em vários aspectos: jurídicos; políticos; econômicos; culturais; sociais e civis.

Os direitos civis são representados pela vida, segurança, propriedade e liberdade. Sabendo que na abertura de Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma das declarações da Organização das Nações Unidas (1948) foi dizer que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, podemos perceber que há um público específico que seja assistido por ela, pois sabemos que nem todos são reconhecidos em dignidade e direitos.

A população em situação de rua se torna cada vez mais invisibilizado pela sociedade civil e principalmente pelo Estado que ao invés de protegê-lo, é o primeiro a massacrá-los.

Um grande exemplo disto foi a Chacina ocorrida em São Paulo. Foi somente após a chacina da Sé – como ficou conhecida- em 19 de agosto de 2004 no qual ocorreu o assassinato de sete pessoas em situação de rua enquanto dormiam, que a mídia nacional e internacional tornou visível a desproteção dessas pessoas, enquanto os movimentos sociais se empenharam em buscar os culpados e lutaram por políticas sociais que atendessem as demandas deste público que muitas vezes são despejados das suas próprias casas.

No entanto, houveram algumas conquistas após mobilizações desse segmento que é importante destacar: foi instituído pelo Decreto de nº 7.053/2009 à Política Nacional para a População em Situação de Rua com o objetivo de garantir diversos direitos. Foi também a partir deste decreto que a definição conceitual para nos referirmos a este fenômeno foi modificado. Segundo Miranda (2015), esse novo conceito visa dois objetivos: o primeiro é “quebrar” o estigma nos termos, mendigo, morador de rua, vagabundo; o segundo preconiza que todos os que estão presentes nas ruas, irão sair dela.

Somente com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, houve a garantia por meio do governo federal na efetivação dos direitos políticos,

econômicos, sociais desta população. Para isso, deu-se uma significação para o fenômeno rua.

A rua pode se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente em logradouros públicos ou pode indicar uma situação na qual a rua representa seu habitat, propriamente dito, onde encontra-se estabelecida uma intrincada rede de relações. O que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como populações de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. (Secretaria Nacional de Assistência Social,p.8)

Compreender a rua como um local habitacional, é compreender que as pessoas que nela habitam são pessoas de direitos, inseridas nas relações sociais, dignas de reconhecimento e respeito. Foi com este objetivo que foi criada a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Partindo do pressuposto que as pessoas em situação de rua carregam consigo os seus valores, tendo uma formação heterogênea enquanto ser social embora haja em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, esta política tem como meta: promover ações estratégicas na área dos Direitos Humanos; Educação; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Urbano/Habitação; Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional; Saúde e Cultura. Para as ações na área dos Direitos Humanos, foi elaborado estratégias que proporcione a capacitação na compreensão do fenômeno população em situação de rua dos agentes do Estado que mantém a ordem e segurança na cidade, como por exemplo, os policiais militares; além disso, ampliou-se o acesso à ouvidoria para denúncias contra crimes e violações de direitos desta população.

Na área da Educação, houve a necessidade de inclusão de temas como: igualdade racial, social e de gênero nos currículos, pois é necessário o entendimento sobre a gênese da desigualdade social com todos os seus desdobramentos, sem haver a culpabilização do sujeito nela inserida. Outro fator crucial para esse processo educacional da população em situação de rua, é a diminuição da burocratização no ato da matrícula, existindo uma flexibilização na exigência dos documentos pessoais e de comprovantes de residências.

No Trabalho e Emprego, foi pensado na parceria entre público e privado para a capacitação profissional desse público, incentivando as cooperações de trabalho entre eles; promovendo oficinas sobre economia solidária recebendo apoio do

Ministério do Trabalho e Emprego, por fim, garantindo acesso aos seus direitos trabalhistas e à aposentadoria.

No planejamento das ações de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, foi criado alternativas de moradia através do financiamento do governo federal; outra alternativa seria a implementação de uma política de locação social, possibilitando o acesso de bolsa aluguel com um determinado período de finalização da mesma; pensar em projetos de reformas de imóveis públicos para uso habitacional e disponibilização destes imóveis vazios nos centros urbanos.

Na Assistência Social, haverá a inclusão da população em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal; possibilitar a inclusão de crianças e adolescentes que estão inseridas no contexto do trabalho no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); inserção das pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Programa do Bolsa Família.

Na Segurança Alimentar e Nutricional, pensou-se na promoção do direito à segurança alimentar e nutricional da população em situação de rua, por meio dos restaurantes populares, sendo estes uma realidade presente em várias regiões do país.

Na Saúde, foi pensado na garantia da integração à saúde dessa população e na adequação das ações e serviços existentes; outra questão foi o fortalecimento das ações de promoção à saúde, da atenção básica, com ênfase no Programa Saúde da Família sem Domicílio, garantindo assim a integralidade; fortalecer as ações de atenção à saúde mental das pessoas em situação de rua através dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS); inclusão no processo de educação permanente em saúde dos gestores e trabalhadores de saúde, destacando-se as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Mesmo com a aprovação do decreto 7.053 de 2009 e suas ações de estratégias, o Estado tem saído de cena na sua atuação para dar lugar às entidades não governamentais. É nítido que a maior parte de políticas existentes para a população em situação de rua, em especial as voltadas para crianças e adolescentes, tem sido pelas vias do terceiro setor e da sociedade civil que permanece muitas vezes com o olhar funcionalista enxergando a miséria existente como algo que já foi traçado pelo destino.

Isso demonstra que as entidades não-governamentais são atores relevantes na implementação das políticas de proteção especial à

infância e à adolescência. A predominância desse tipo de entidade na prestação de serviços de abrigo reforça ainda mais a responsabilidade do poder público- federal estadual e municipal- no cumprimento de seu papel de coordenar um sistema, com vistas à efetiva implementação de uma política de proteção especial conforme prevista no ECA, bem como na garantia do apoio técnico e financeiro necessário às ações realizadas pela sociedade civil. (SILVA e MELLO, 2004, p. 75)

### 2.2.1 Política Nacional de Assistência Social e os serviços prestados para a população em situação de rua

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi implementada em 2004 no Brasil, tendo como objetivo: garantir proteção social para a população que vive em vulnerabilidade social e extrema pobreza.

Apesar do Brasil ser reconhecido como um país de economia agrária, uma parcela da sua população vive em zona urbana, embora isso não signifique que todos vivam bem e com qualidade de vida somente por habitarem nas grandes metrópoles. Desse modo, percebeu-se a necessidade de compreensão das particularidades de cada região e seus respectivos municípios, seja no âmbito econômico, social e/ou territorial, para as intervenções através das políticas públicas de assistência social criadas para atender a população que vive em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a PNAS, 2004, p.18

Seguindo a análise demográfica por município, vale notar que embora a tendência de urbanização se verifique na média das regiões brasileiras, a sua distribuição entre os municípios apresenta um comportamento diferenciado, considerando o porte populacional. [...] Essas nuances demográficas apontam a necessidade de os Centros de Referência de Assistência Social considerarem as dinâmicas internas de cada tipo de município, face à natureza de sua concentração populacional aliada às condições socioeconômicas.

Além disso, entendendo que a região Nordeste ainda aglomera uma população rural e aqueles de zona urbana que vivem em situações precárias, os investimentos orçamentários para com a assistência social tem sido maior nos municípios desta região do que se formos comparar com o Sudeste do país. Na própria Política Nacional de Assistência Social de 2004, p. 26 afirma que,

Com relação ao co-financiamento das despesas com assistência social, observa-se que a participação da União (transferências do FNAS) nas despesas municipais foi de 33,1% em 2002 e de 28,4% em 2003, em média. Nota-se que a participação dos recursos federais

é maior nos Municípios do Nordeste e menor nos Municípios dos Estados da Região Sudeste.

A Assistência Social é formada por dois tipos de proteção: a proteção social básica no qual atende usuários com vínculos familiares fragilizados e sem suas necessidades básicas supridas. Segundo a PNAS, 2004, p.33

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

No entanto, esta proteção não se amplia para aqueles que se encontra em risco social, como os menores em conflitos com a lei e a população em situação de rua. Este último fenômeno é assistido pela PNAS através da proteção social especial. De acordo com a PNAS, 2004, p. 37

A ênfase da proteção social especial deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigo dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento [...] No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito.

Em Salvador as entidades filantrópicas passam a ocupar um papel muito importante na vida de pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade, principalmente quando nos referimos às pessoas em situação de rua. Foi realizado no mês de setembro do ano de 2016 o II Seminário SIPOP: Direitos Humanos e População em Situação de Rua, no qual havia presentes coordenadores de órgãos públicos e alguns representantes do Terceiro Setor. Nesta oportunidade foram levantadas pautas de Políticas de Habitação; Acolhimento para casais; criação de novos abrigos a partir da utilização de casarões antigos abandonados de ordem pública que atendam a quantidade de pessoas em situação de rua e a mudança do perfil do abrigo. Atualmente há somente três centros de população em situação de rua para atender 21.130 (dados relatados a partir da contagem do Projeto Axé) sujeitos nas ruas em Salvador-BA.

Nos últimos anos tem tido um aumento nos Centros de Referências Especializadas para População em Situação de Rua (Centros POP); mais famílias

que habitam nas ruas têm sido registradas no Cadastro Único e tido acesso aos programas de transferência de renda; criação dos consultórios de rua que contam com a presença de profissionais na área da saúde, sendo uma equipe multiprofissional a fim de lidar com as necessidades deste público.

Embora haja alguns avanços em relação às políticas de proteção para a população em situação de rua no Brasil, o grande número de abrigos públicos concentrados na região Nordeste, ainda assim é insuficiente para quantidade de pessoas que habitam nas ruas. Ao nos referirmos a capital baiana, a realidade é muito mais “gritante”, pois os albergues, abrigos não os comportam, sendo que das três públicas existentes, uma está desativada.

No Nordeste, os abrigos públicos estaduais representam aproximadamente 1/4 das entidades pesquisadas na região (24,1%), ou seja, quase o triplo da média nacional. Mantém-se aproximadamente a mesma proporção do total nacional para as instituições não-governamentais, reduzindo-se à metade o percentual de instituições públicas municipais (10,7%), o que pode indicar que as diretrizes de municipalização da política de atendimento estão menos consolidadas nessa região. (SILVA e MELLO, 2004, 76)

**Quadro 1 - Unidades de Acolhimento na cidade de Salvador-BA**

<b>Equipamento</b>	<b>Endereço</b>	<b>Início</b>	<b>Período de acolhimento</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Situação 2015</b>
Casa de Pernoite	Rua Frederico Pontes, Roma	Anterior a 2012	24 horas	100	Fechou em outubro de 2014
Albergue Noturno	Rua Frederico Pontes, Roma	Anterior a 2012	6 meses	50	Fechou em outubro de 2014
Abrigo D.Pedro II	Av.Luis Tarquino	Anterior a 2012	Sem período	100	Em funcionamento
Unidade de Abrigamento-Pau da Lima	Av. Aliomar Baleeiro, Pau da Lima	2013	6 meses	50	Em funcionamento
Unidade de Abrigamento-Itapuã	Av.Dorival Caymi, Itapoan	2013	6 meses	50	Precária/março 2014

**Fonte: PMS, 2014: Elaboração: Miranda (2105)**

Fazendo uma análise do quadro acima, podemos observar que dos equipamentos ofertados tanto pelo governo do Estado e Município, na cidade de

Salvador, a demanda é muito maior que os serviços prestados, havendo assim um déficit nestas unidades de acolhimento, pois de cinco apresentados no quadro, apenas três está em funcionamento, sendo que uma delas funciona de modo bastante precário. Embora, recentemente tenha sido implantada novas unidades de acolhimento em Amaralina, San Martim e Vasco da Gama, a oferta é muito menor que a procura e com os fechamentos de alguns desses serviços, o que tem ocorrido é a superlotação daqueles que ainda estão em funcionamento.

Apesar de existir em toda a capital baiana pessoa em situação de rua, a sua concentração tende a ser maior na cidade baixa e próximo ao centro histórico devido ao forte fluxo comercial presente nestas áreas.

[...] De acordo com os entrevistados, a concentração nessas áreas se dá, principalmente, por conta da possibilidade de exercer atividades remuneradas, em função do grande fluxo das atividades comerciais e de serviços existentes naqueles bairros, como: realizar coleta de materiais recicláveis, guardar carros, prestar serviços aos lojistas e, em alguns casos, pedir ajuda. Nesses locais, a maioria dos serviços de abrigamentos acontecem, além de projetos (públicos e da sociedade civil) direcionados para a população de rua o que também contribui para a concentração dessa população nesses espaços. (MIRANDA, 2015, p. 2619)

Dessa forma, vemos as similitudes da capital baiana com as diversas capitais do país no aspecto de concentração da população em situação de rua nos centros comerciais e no seu modo de estratégia de sobrevivência.

### 3 ADOLESCÊNCIA E POBREZA NO BRASIL

#### 3.1 Adolescentes pobres no Brasil: aproximações com a situação de rua

Há um crescimento exorbitante de pessoas em situação de rua que habitam nos logradouros públicos, principalmente ao nos referirmos às crianças e adolescentes. Vastos são os fatores que contribuem para a evasão de tantas crianças e adolescentes de suas residências para morarem nas ruas. Partindo do pressuposto que a violência interpessoal parte da violência estrutural, um dos grandes fatores responsáveis pela existência de tantas crianças e adolescentes em situação de rua são as violências físicas e sexuais. Segundo Martins (2002), esse fato de crianças e adolescentes em situação de rua tem a ver com a questão social, violência doméstica que se alinha a pobreza dos indivíduos ou não e também usuários de drogas psicoativas.

Assim, de uma forma geral, o desemprego, a precarização do trabalho e as suas consequências na estrutura familiar, situações inseridas no contexto capitalista vigente em nossa sociedade, caracterizam a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas famílias que acabam por determinar a saída para ruas de muitas crianças e adolescentes, que caminha rumo à desfiliação. (GONTIJO e MEDEIROS, 2009, p. 471)

Os programas sensacionalistas midiáticos tem nos levado a enxergar por outro viés (sendo este de cunho moralista) à situação de crianças e adolescentes que ocupam as ruas da capital baiana. Desse modo, definir bruscamente que pessoas encontram-se em situação de rua por escolha própria é um grande equívoco partindo do princípio de juízo de valor, pois foram os fatores macro e micro determinantes que levaram-nas a posição na qual estão atualmente. Segundo Miranda e Pereira (2015) este termo utilizado para referir-se à pessoa em situação de rua foi adotado com o objetivo de desenraizar preconceitos outrora existentes com termos pejorativos como: mendigo, vagabundo, morador de rua, desocupado.

Em 2003 foi feito um levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras e ficou comprovado através da participação de 2.807 destas crianças e adolescentes que no quesito atividades diárias realizadas por elas, em sua maioria pedem dinheiro, em segundo lugar são como serviços gerais ( vigiar carros, malabarismo, limpar pára-brisa) e em terceiro a realização de furtos e roubos.



Em cada região do país, há suas particularidades ao retratar esse público heterogêneo. Fazendo um recorte, por exemplo, para a capital baiana, a partir do momento que passam a ocupar as ruas, mais precisamente no bairro do Pelourinho, as crianças e adolescentes em situação de rua desenvolvem estratégias de sobrevivência, sendo elas lícitas ou ilícitas. Dentre essas técnicas estão: carga e descarga de materiais dos caminhões; venda de rifas; ser artista de rua se apresentando nos semáforos; pedindo ajuda ou com a prostituição.

Todos são trabalhadores informais, pois para está integrado no mercado de trabalho formal é necessário ter uma documentação legível (carteira de identidade e carteira de trabalho) sem falar da exigência de um comprovante de residência. Como essas pessoas estão fora dos padrões que a sociedade impõe, elas buscam novas formas de sobrevivência. Segundo Mattos (2004) o registro em carteira e o emprego formal tornam as pessoas dignas e vistas como trabalhadoras, no entanto, as pessoas em situação de rua que não obtém essas referências que o mercado de trabalho exige, frequentemente são consideradas como inúteis, preguiçosas, vagabundas.

Acerca da População de Rua em Salvador, percebemos que embora esteja, geograficamente, distribuída por toda a cidade, há uma maior concentração no Centro Antigo, bairro do Comércio, Água de Meninos, Mares e Roma [...] a concentração nessas áreas se dá, principalmente, por conta da possibilidade de exercer atividades remuneradas, em função do grande fluxo das atividades comerciais e de serviços existentes naqueles bairros, como: realizar coleta de materiais recicláveis, guardar carros, prestar serviços aos lojistas e, em alguns casos, pedir ajuda. (MIRANDA e PEREIRA, 2015, p. 2619)

Outro modo de sobrevivência de crianças e adolescentes em situação de rua é a utilização de substâncias psicoativas para saciar a fome, pois na maioria das vezes elas levam mais de vinte quatro horas sem se alimentar e estas substâncias contribuem para o organismo dar a sensação de saciedade. Entretanto, outro motivo para o uso das substâncias psicoativas é a inserção nos grupos das ruas, estes que muitas vezes protege o indivíduo de grupos rivais.

Apesar das substâncias psicoativas serem utilizadas por pessoas de diferentes classes sociais, a associação entre marginalidade e ser de rua, é bastante difundida na sociedade. Fato é que a população de rua é mais vulnerável para inúmeras doenças, incluindo-se entre elas as doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS, que tem o uso e abuso de drogas apontadas como um dos principais fatores de risco.[...] O uso de múltiplas drogas é considerado uma prática regular nesta população, porém não se pode afirmar se estes são

hábitos adquiridos na rua, ou se eram prévios, ou até mesmo determinantes para ida às ruas. As drogas muitas vezes permitem a inserção social nos grupos de rua, podendo também assumir uma função capaz de amenizar sofrimento, angústia e abandono, além de proteger da fome e da dor. (SILVA, 2014, p. 21)

Na Pesquisa Nacional sobre o Uso de Drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua foi relatado que a prática ou convívio com essas substâncias muitas vezes antecede às ruas. A pessoa de referência na sua casa, devido ao uso abusivo das drogas, cometiam as primeiras agressões, culminando na transição destas crianças e adolescentes para habitarem nas ruas.

Analisando a realidade de Salvador no ano de 2003, de acordo com as 141 crianças e adolescentes entrevistadas, a maior parte viviam nas ruas com seus familiares e deste público, apenas 38 não viviam com seus familiares e em contrapartida faziam mais uso de drogas. Mensalmente, as principais drogas utilizadas eram: bebidas alcoólicas em geral e o tabaco. Já no quesito das drogas ilícitas, a maconha predominou seguido dos derivados da coca. O consumo de medicamentos quase não foram mencionados. Devido ao uso dessas substâncias, segundo a pesquisa ocorreram alguns comportamentos de risco na vida, como, por exemplo, a pessoa ficou muito irritada; mais propícia ao perigo como roubo, violência física; se relacionou sexualmente sem a utilização de preservativos e por fim, cometeram algum tipo de delito (roubo, furto).

### **3.2 A política pública para os adolescentes: enfoque na contemporaneidade brasileira**

A infância, assim como outras etapas da vida, é uma construção social, não sendo explicada apenas pela idade cronológica propriamente dita. Por exemplo, durante o século XVIII, não havia a distinção de crianças e adultos ao se tratar do trabalho, pois se a sua estrutura corpórea já estivesse desenvolvida para o trabalho braçal e houvesse desenvolvimento na vida social, isto já bastava.

[...] A noção de infância desenvolveu-se lentamente ao longo dos séculos e só gradualmente esta fase passou a ser tratada de uma forma específica. Roupas e maneiras adequadas, jogos, brincadeiras e outras atividades passaram a distinguir a criança do adulto. Instituições específicas, como as escolas, foram criadas e encarregadas de atender e preparar a população infantil para a vida adulta. (DEBERT, 1999, p. 73)

A criança, ora era vista como semelhante a um adulto para atividades produtivas, ora vista como seres dependentes de disciplinas e coerção para uma moral adequada aos costumes da época.

A infância e adolescência no período colonial eram tratadas de modo assistencialista, com intervenções religiosas dos jesuítas a fim de catequizá-los. Nessa época, o alvo de ação dos dominantes eram os indígenas. Neste contexto, surgem as primeiras casas ou instituições para abrigo de crianças com o objetivo de “instruí-las” na nova civilização.

Necessariamente essas casas vinham como mais um aporte para a sedimentação do novo modelo de civilização, um lugar disciplinar e correccional, que ideologicamente “mostraria” o caminho que estas crianças deveriam seguir “rumo ao futuro”. Porém, quando adolescentes, tinham que abandonar as instituições, as autoras afirmam que alguns voltavam para suas tribos e retomavam a cultura, mas, os que não se adaptavam a ela novamente, ou os que não tinham família, ficavam expostos nas ruas. (GONÇALVES, 2011, p. 387)

Sendo assim, adolescentes que para eles não tinham etnia e considerados pobres, já estavam sujeitos às mazelas da rua e ao abandono, sem nenhum tipo de proteção por parte da classe dominante. Originaram-se as primeiras instituições de cunho público e filantrópico com caráter protecionista para as crianças e adolescentes, tendo destaque: a Santa Casa de Misericórdia e Arsenal, a Marinha com a intenção de levá-los para o trabalho e despertar o seu amor à pátria. É a partir deste período que fica demarcado o significado do racismo, abandono e pobreza, fazendo um recorte para a geração jovem desprotegida.

A compreensão do contexto histórico brasileiro é crucial para a interpretação desses marcadores sociais e as suas próprias manifestações da questão social. A época da república não foi diferente no modo de tratar a pobreza, fazendo desta uma questão de polícia e não de política, higienizando os espaços públicos daqueles que representavam algum tipo de risco para sociedade, inclusive as crianças e adolescentes que estivessem abandonadas nas ruas. A resposta para esse problema social foi a fundação em 1861 do Instituto de Menores Artesãos da Casa de Correção da Corte com o objetivo de disciplinar aqueles que cometiam algum tipo de crime.

Com a definição de controle da situação problema de nosso país, por meio da hostilização dos ofícios e punição, subentendidos como

veículos para honestidade e educação, o Instituto de Menores ia ganhando as características do modelo de atendimento institucional destinado aos adolescentes que cometessem crimes. (GONÇALVES,2011, p. 391)

Com esse mesmo foco em coerção dos vitimados pela pobreza, em 1927 entra em vigor o Código de Menores Mello Matos como intervenção estatal por meio de políticas de atendimentos aos menores, que segundo Gonçalves (2011) foi influenciado pela Declaração dos Direitos da Criança, proclamado em Genebra pela Liga das Nações.

Outro local que demarcou a vida dessa geração foram as Fundações Estaduais do Bem Estar dos Menores (FEBEMs). Embora houvesse a criação de uma nova instituição no qual era visado o bem estar delas, as práticas violentas, punições e corrupções permaneceram as mesmas. A extinção das FEBEMs, Gonçalves (2011) afirma que deu margem para a criação da Fundação Casa, na qual foi criada com o intuito de atender as crianças e adolescentes em conflitos com a lei e garantir a permanência de vínculos entre o menor e seus familiares.

Todas essas instituições não tornavam as crianças e os adolescentes visíveis e nem reconhecidas como sujeitos de direitos. Com isso, houve muitas lutas por parte dos movimentos sociais, sociedade civil. Antes mesmo da Constituição Federal de 1988, neste mesmo ano, ocorreu à criação do Fórum de Defesa das Crianças e Adolescentes. Somente dois anos depois, um estatuto foi criado para garantir proteção integral para esse público, sem nenhum tipo de negligência e violência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado para garantir os direitos e proteção social para as crianças e os adolescentes independente da sua cor, raça, etnia, religião. O Estado junto com a família e toda a sociedade civil tem o dever de assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação. De acordo com o artigo 5º do ECA (1990) é nítido a preocupação do Estado em proteger estes menores quando afirma que nenhuma criança e adolescente podem ser negligenciada, discriminada, explorada, violentada, oprimida nos seus direitos fundamentais de liberdade e proteção integral.

[...] Apenas no início do século XX essa questão passou a ser uma preocupação de Estado, quando foram criados reformatórios ou institutos correcionais. Ainda assim, a ação estatal era mais voltada para os “infratores” do que para os “carentes e abandonados”. Além disso, as religiões costumam se envolver, em maior ou menor grau, em atividades voluntárias, destacando-se as atividades assistenciais. (SILVA; MELLO, 2004, p. 77)

Apesar de existir um Estado que garanta na Constituição Federal ser um Estado de direito, democrático e emancipatório, vemos a contradição presente na sociedade, sendo esta refletida pela desigualdade social gerada pelo sistema capitalista. Devido aos desdobramentos e facetas da questão social nesta conjuntura atual de grandes retrocessos nos direitos sociais, se torna cada vez mais nítido o aumento da pobreza, desemprego e a transição das pessoas para os logradouros públicos nos grandes centros urbanos.

Falando sobre crianças e adolescentes, é necessário uma reflexão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque embora haja o ECA que garanta por escrito a proteção integral destes menores, como exposto no seu parágrafo primeiro ou no seu parágrafo quarto quando é abordado quem são os verdadeiros protetores desses indivíduos, é explícito o quão irregular são as execuções das políticas públicas frente às mazelas sociais e ao cuidado com este público específico.

O Estado que tem o dever de proteger as crianças e os adolescentes, é o primeiro a oprimi-los quando cria abrigos em locais distantes do centro da cidade com a intenção de higienizar os bairros tidos como “elitizados” ou nobres. Esses abrigos muitas vezes não oferecem condições mínimas de sobrevivência, sendo um ambiente insalubre e que a proporção para o acesso é mínima, no qual nem sempre há uma quantidade de vaga que atendam as crianças e adolescentes em situação de rua. Porém, essas crianças e adolescentes só podem acessar os locais de abrigo se estiverem acompanhados de seus familiares, caso contrário, seu alojamento será na casa para menores.

Há uma contradição enorme ao se referir ao ECA, pois, nele é assegurado a priorização das crianças e dos adolescentes na formulação e efetivação das políticas sociais públicas, demarcando assim um dualismo entre a teoria presente no Estatuto e a prática na execução dessas políticas.

Não há políticas públicas sociais específicas na capital baiana que atendam as demandas de crianças e adolescentes em situação de rua. Desse modo, o Projeto Axé- instituição não governamental fundada em 1990 pelo italiano Cesare de Florio La Rocca, cujo objetivo é tirar as crianças das ruas e proporcioná-las acesso à educação de modo lúdico e artístico - assume este papel de protetor social. Através dele, recentemente foram realizadas contagens para saber basicamente a quantidade de pessoas em situação de rua existentes no centro histórico, sendo

analisado: raça, sexo, idade e também compreender quais são os meios de sobrevivências adotados por eles.

Há instituições filantrópicas que fazem parceria com o governo do Estado. A respeito disso, temos a atuação da pastoral do povo de rua que é uma instituição filantrópica da igreja católica que tem apoio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CIMOS), tendo como objetivo lutar pelo direito à habitação do povo de rua.

As políticas públicas presentes em Salvador que atendam a população em situação de rua são poucas. Faz-se presente algumas instituições, como por exemplo, o Ponto de Cidadania que é responsável em atender as demandas de pessoas em situação de rua que fazem o uso de substâncias psicoativas e tem o propósito de fomentar o cuidado com a saúde, o autocuidado e a cidadania.

Há também o movimento da população de rua que tem por objetivo emancipar as pessoas em situação de rua para a produção da sua própria renda diária. Nesta instituição são acolhidas para os cursos de produção de sabão apenas pessoas em situação de rua que estão instaladas em abrigos. Porém esse número é bastante reduzido quando nos referimos à quantidade de vagas ofertadas pela prefeitura local para o acesso delas nos abrigos.

## 1 A PESQUISA DE CAMPO

### 4.1 O percurso metodológico e da pesquisa

Na pesquisa, tudo se inicia através de um problema a ser investigado, estudado e analisado, é a partir deste momento que começa a parte exploratória, o tempo debruçado sobre o objeto, os pressupostos, quais são as teorias que melhor cabe para esse objeto, qual metodologia utilizar para que, então, se estabeleça a pesquisa de campo.

A presente pesquisa buscou utilizar duas tipologias para melhor explorar o tema proposto. Inicialmente, foi utilizada a revisão bibliográfica, pois, a princípio, segundo Minayo (1994) a teoria é que nos dá margem de acesso para uma aproximação parcial da realidade vivida pelo sujeito no processo de investigação. A pesquisa bibliográfica foi de suma importância para analisar quais são as políticas públicas existentes na cidade de Salvador-BA que atendem as demandas das pessoas em situação de rua, mais precisamente as crianças e adolescentes em situação de rua que tem proteção integral pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e tem prioridade na elaboração e execução das políticas sociais públicas conforme o artigo 4<sup>a</sup> do ECA (2017,p.20).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende [...] preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

No entanto, só são assistidas pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua aquelas crianças e adolescentes que mantém os vínculos familiares nas ruas. Somente elas têm acesso aos alojamentos, abrigos, albergues que não seja a casa de menores.

Ao longo do processo investigativo sobre o tema específico até alcançar as entrevistas, foi um período de entraves e descobertas quanto a esse público, pois a maior dificuldade tem sido justamente encontrar esses adolescentes e dialogar sobre a sua trajetória de vida antes das ruas e no seu contexto atual nas ruas. O

maior questionamento tem sido: onde estão os adolescentes em situação de rua na capital baiana?

Entrando em contato com algumas instituições que atendem a população em situação de rua, em especial o Movimento da População de Rua, foi constatada a dificuldade de acesso até os adolescentes. Segundo relatos de profissionais, por se tratar de uma instituição que atende adultos em situação de rua, geralmente não há demandas cotidianas na instituição com o público adolescente, sendo apenas algumas demandas espontâneas. E por compreender que para executar uma entrevista é necessário algum tipo de vínculo com o público específico ou com pessoas próximas, houve a necessidade de mudar um pouco o foco para dar continuidade à pesquisa. Ao invés de permanecer na busca dos adolescentes em situação de rua para compor as entrevistas, outro mecanismo utilizado foi recorrer àquelas pessoas que tiveram uma trajetória de rua no período da adolescência e que tornaram-se adultos em meio a esse processo e que levantam a bandeira de luta pelos direitos desta população específica.

O método utilizado foi o qualitativo, pois é o que melhor nos aproxima da realidade do sujeito sem enxergá-lo apenas de modo quantitativo como consta na estatística, o que muitas vezes interfere na aproximação do cotidiano vivido pelo indivíduo no qual está sendo observado.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221)

A pesquisa qualitativa proporciona para o investigador e para as pessoas envolvidas no processo, uma visão real e particular do objeto envolvido, trazendo à tona as relações humanas. Porém, a pesquisa qualitativa não é por si só completa, pois os fenômenos estatísticos da pesquisa quantitativa apresentam fenômenos concretos que complementam o objeto analisado.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas [...] O conjunto de



dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. ( MINAYO, 1994,p. 22)

Pensando na riqueza da investigação sobre o fenômeno dos adolescentes em situação de rua que a pesquisa qualitativa foi adotada como método científico para compreensão do sentido da vida social. Neste sentido, foi elaborado um roteiro<sup>1</sup>, tendo como pergunta central: como é a sua vida? Para que então a entrevista pudesse ser executada.

A parte da pesquisa de campo deve ser considerada como a investigação empírica dos fatos, sendo a segunda parte do estudo do objeto, pois a primeira parte se trata da pesquisa bibliográfica.

Há alguns desafios quanto à inserção da pesquisa exploratória no campo: é crucial haver pessoas envolvidas no processo que tenha algum tipo de vínculo com o sujeito ou objeto a ser estudado, facilitando o acesso, além disso, apresentar a proposta de estudos ao público envolvido;

Considerando a entrevista como uma técnica utilizada na pesquisa tanto qualitativa quanto quantitativa, a utilizamos com o objetivo de uma maior aproximação com os sujeitos da investigação, trazendo à tona sua realidade vivida. O tipo de entrevista foi semi- estruturada, pois apesar de haver uma pergunta chave que pudesse proporcionar uma liberdade na fala dos entrevistados, havia também um roteiro a ser seguido, caracterizando assim uma entrevista semiestruturada.

Por fim, foram coletados todos os dados da pesquisa para divulgação que proporcionasse uma visão ampliada do tema exposto tanto para a sociedade civil, quanto para profissionais de várias áreas do saber, além de garantir um retorno ao público envolvido seja por meio da escrita, seja por outros meios.

Devido às dificuldades no acesso aos adolescentes em situação de rua por causa da resistência de algumas instituições que tem contato direto com os adolescentes, porém fechadas para público externo, o enfoque na adolescência teve que ser relativizado, mudando um pouco a temática da entrevista. Ao invés de quais são as estratégias utilizadas pelos adolescentes em situação de rua, foi pensada em quais foram as estratégias utilizadas durante o período da adolescência das pessoas adultas em situação de rua.

---

<sup>1</sup> O roteiro será apresentado nos apêndices

Antes do início da coleta de dados dos entrevistados, necessário se fez a criação de vínculos com a sede do Movimento População de Rua, fundada em 21 de março em 2010, sendo localizada no bairro do Pelourinho. Uma instituição fundada em Salvador por Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, uma mulher negra que viveu sua trajetória da adolescência e vida adulta na rua. O Movimento existe para tornar através da luta, a visibilidade da população em situação de rua, contando com a colaboração de profissionais que não tem remuneração pelos serviços prestados.

Conhecer o ambiente antes das entrevistas através da participação de fóruns, reuniões, foi crucial para compreensão das demandas das pessoas em situação de rua, entender sua heterogeneidade, luta política e reafirmação da sua dignidade enquanto pessoa humana.

As entrevistas tiveram início no mês de dezembro, no ano de dois mil e dezessete, no turno matutino e vespertino, tendo como mediador para o primeiro contato com os entrevistados, um profissional que conversou minutos antes com eles para a contribuição na pesquisa. O contato inicial com a primeira entrevistada ocorreu de forma amistosa. Ela foi bastante solícita para contribuir com a pesquisa. No entanto, houve grande resistência e sensibilidade ao relatar como era a sua vida antes de viver nas ruas. Neste momento, pude perceber através do método da observação o seu descontentamento com a pergunta e o grande impacto que ela tinha, pois a senhora Flor (nome fictício no qual adotei para ela) respondeu da seguinte forma: “[...] você agora pegou agora na minha fraqueza”. Neste momento, por perceber o desconforto com as reflexões que o questionamento causou, o mais prudente foi dar continuidade à entrevista, sendo necessário pular esta indagação, compreendendo que o silêncio pode dizer muita coisa a respeito de algo, alguém ou circunstâncias. No decorrer das outras questões, o comportamento era sempre inquietante e as respostas eram curtas, com a sensação de finalização por parte da entrevistada.

O segundo entrevistado que se dispôs a fazer a entrevista aparentemente tinha mais experiência em relatar sua vida para terceiros, principalmente estudantes de várias instituições, como ele mesmo havia exposto na conversa inicial. A sua linguagem era mais formal, com poucas gírias. No seu relato houve uma sincronia de tempo cronológico identificando cada fase da sua vida: antes da rua e na rua. Foi detalhado pelo senhor Botão (nome fictício no qual adotei para ele) a sua trajetória na rua e principalmente as suas estratégias utilizadas para sobrevivência, pois,

segundo ele “[...] o ensino da escuridão da rua não é bondoso, ele é duro [...]”. A abertura para vínculos com o senhor Botão foi bem mais acessível, talvez seja pelo fato da sua transição para rua não ter sido ocasionada por algum tipo de violência ou algo tão doloroso ao ponto de não ser relatado na entrevista, assim como foram nos outros casos.

O acesso ao terceiro entrevistado foi bem mais desafiador. Um caso peculiar para conseguir o relato devido à ausência do profissional que possibilitava o vínculo entre pesquisador e o sujeito da pesquisa. O contato teve que ser de forma individual, verticalizada, o que limitou bastante uma maior abertura para tratar do tema proposto. Todo o processo do roteiro da entrevista teve que ser alterado, principalmente a ordem das perguntas, pois houve uma grande resistência por parte dele para verbalizar a sua vida anterior à rua e durante a adolescência. Não relatou como era sua vida antes da rua e nem suas estratégias de sobrevivência na rua, o que impossibilitou uma análise profunda e detalhada da pesquisa.

O ambiente das entrevistas foi em um espaço aberto, sem muito sigilo devido a sua estrutura, pois a sede é mantida por ajuda de colaboradores, que contribuem com mantimentos alimentícios; produtos de limpeza; vestimentas, dentre outros utensílios. Já o poder público não é um protagonista ativo no movimento e além do mais, em muitos momentos faz descaso com a própria situação da população de rua. Por isso, houve algumas dificuldades nas entrevistas devido ao espaço físico, principalmente a questão do ruído e pouco sigilo.

Outro ponto que merece destaque é referente ao desconforto em tocar em assuntos tão profundos, foi visível na maioria das falas e do olhar dos entrevistados. É um grande desafio dialogar sobre a sua trajetória de vida quando ela vem carregada de dor, ausência, culpa, medo, invisibilidade e muitos estigmas. Por isso, a posição do pesquisador no momento da entrevista acaba se tornando um pouco desconfortável para o outro devido o seu anseio em conhecer e compreender os fatos daquela vida que está em sua frente.

Dessa forma, enquanto pesquisadora mulher, mais vulnerável socialmente, existiram momentos em que a sensação de insegurança prevaleceu, quando em alguns instantes toquei em assuntos tão delicados para os entrevistados. As reações foram diversas, de um simples: “ô fia, pula” (quando me referi às diversas violências sofridas na rua), até uma pergunta que marcou profundamente e bloqueou um

pouco o diálogo entre entrevistador e entrevistado : “vem cá, você é psicóloga? Porque entra na mente da gente”.

Embora algumas dificuldades se fizessem presentes, foi muito enriquecedor o processo de busca por estas pessoas e principalmente os seus relatos, relatos estes que foram capazes de desfazerem preconceitos e estigmas sobre quem é esse público, o que faz, como sobrevivem. Pois além de pessoas em situação de rua, estamos nos referindo também a trabalhadores informais, que lutam pela sua guia diariamente para no final do dia ter o que se alimentar.

## **4.2. As análises**

Mesmo com as questões levantadas no item anterior, que apontam para algumas dificuldades da pesquisa, os dados construídos em campo trouxeram muitos elementos e mostraram a complexidade social do objeto. Tentei organizar algumas argumentações e análises, evidenciando alguns eixos que se destacaram dentre as entrevistas e que podem ser discutidos e problematizados.

### **4.2.1 As gerações e a permanência nas ruas**

A infância é o período da vida do ser humano que se pode considerar como uma das fases mais importantes para o melhor desenvolvimento da vida do ponto de vista da formação do sujeito. É na infância que a criança apresenta seus primeiros passos, desenvolve a fala, reconhece as pessoas que estão no seu ciclo de convivência, se insere nas relações sociais.

Essa é uma visão que corresponde a uma construção sobre o que é a infância, a qual está presente na sociedade moderna e, em alguma medida, na sociedade contemporânea. É peculiar, então, o modo como a geração e as idades são vistas em cada cultura e sociedade. Com a criação do ECA, há reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito, bem como uma normatização sobre como devem ser tratados, preservados e priorizados.

A partir desse marco, o cuidado e proteção das crianças e dos adolescentes são delegados para a família, sociedade, comunidade e Estado, porém a

responsabilidade maior tem sido sempre da família, considerada a maior instituição social.

Família é, para nós, considerado como uma referência, que possui códigos de obrigações próprios sendo também uma linguagem através da qual as pessoas traduzem o mundo onde vivem. Ao nascer, é a família que faz o elo de ligação entre nós e o mundo. Pensemos então, como fica nesse nosso elo quando não somos bem vindos em uma família desde o nosso nascimento. Muitas famílias de baixa renda não tem o que comer, moram em condições precárias, convivendo com os ratos, sem falar da total deficiência de saneamento básico. (Estivalet, 2011,p. 12)

E o que fazer quando esta instituição não tem condições de proteger suas crianças e adolescentes, por diversos fenômenos, inclusive aqueles relacionados a questões estruturais que são totalmente expressos nas vivências das famílias mais pobres, como desemprego, falta de acesso à educação, moradia de risco?

O processo de habitar nas ruas vem carregado de desconfiança, dor, medo, tristeza, abandono e muita coragem, pois tomar a decisão de sair das suas residências para um local totalmente exposto, não é algo fácil. São dias longos e sombrios, no qual se deve proteger para garantir sua sobrevivência, porém, agora em um novo espaço.

Os entrevistados chegaram nas ruas ainda na infância, exceto o senhor Botão que já passou a compor a população em situação de rua na sua transição da infância para adolescência, aos seus treze anos de idade. Eles passaram a desenvolver cada um suas estratégias para conseguir interagir nas ruas e se protegerem dos grupos rivais.

#### Quadro 1- Perfil dos entrevistados

<b>NOME</b>	<b>SEXO</b>	<b>RAÇA/COR</b>	<b>IDADE DE INSERÇÃO NA RUA</b>	<b>IDADE ATUAL</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>
Flor	Feminino	Negra	10 anos	31 anos	Ensino médio incompleto
Botão	Masculino	Negro	13 anos	54 anos	Ensino fundamental incompleto
Cravo	Masculino	Negro	8 anos	27 anos	---

Observando o perfil dos entrevistados, verificamos que não há uma diferença forte no período de inserção na vida nas ruas. O nível de escolaridade variou

bastante, pois a senhora Flor estudou até o ensino médio, embora não tenha concluído. Já o senhor Botão, fez até o fundamental, pois depois desse período ele tomou a decisão de sair de casa. O senhor Cravo não quis mencionar a escolaridade. Todos são negros e se reconhecem como tal. Na questão do sexo, apenas uma era mulher.

Há uma diferença na idade atual de cada um deles e com isso os desdobramentos do pertencer à rua. Todos entraram crianças, exceto o senhor Botão. Os anos passaram, a Flor e o Botão saíram das ruas, ele foi assistido pelo programa minha casa minha vida, já a Flor vive de aluguel, porém, ambos buscam por um reconhecimento político, de pertencimento e luta. Eles continuam se reconhecendo como pessoa em situação de rua e lutam por seus direitos e pelos direitos daqueles que ainda não tem abrigo.

Essa luta por direitos acontece através das reuniões que ocorrem dentro da própria sede do Movimento População de Rua. Neste local eles discutem temas relevantes que possibilite a visibilidade deles enquanto cidadãos de direitos e que tem esses direitos violados (habitação, segurança, alimentação). Geralmente estão presentes neste espaço pessoas representantes dos órgãos públicos, sociedade civil, estudantes.

Na jornada da Flor, Cravo e Botão ainda está presente o trabalho informal nas ruas, a luta pelo trabalho, pelo espaço para a venda dos seus produtos e sobrevivência diária, principalmente para a senhora Flor que por ser mulher vive ainda mais exposta às violências.

No quesito vínculo familiar, o senhor Botão mantém até hoje o contato com sua mãe. Nessa fase da vida já tem dois filhos e uma filha que mora na Chapada Diamantina e atua profissionalmente em órgão público. A senhora Flor não mencionou em momento algum se há vínculos familiares fortalecidos, porém menciona o seu vínculo com as pessoas que conheceram na rua, na qual denomina de “*maloca*”.

#### 4.2.2 Gênero como demarcador social da violência

Conforme exposto no capítulo II, o que demarcou o fenômeno população em situação de rua, do ponto de vista de uma explicação mais universal e generalizante, foram os frutos do capitalismo, originado pela relação da venda da força de trabalho através da mão de obra da classe trabalhadora pela exploração do grande capital. No entanto, em cada país houve algumas particularidades para que este fenômeno aumentasse. Uns dos principais motivos aqui no Brasil foram: o uso de substâncias psicoativas; o desemprego e a violência doméstica, todos estes advindos do da forma como se estrutura a questão social no Brasil, conforme exposto no capítulo III.

Trazendo a violência como um fator que demarca com frequência o aumento de crianças e adolescentes a viverem nas ruas dos grandes centros urbanos, principalmente se tratando do sexo feminino, podemos observar que a questão de gênero é um demarcador social extremamente forte na caracterização desse fenômeno. Nas ruas, há uma grande naturalização da violência contra a mulher, em que o corpo feminino é desrespeitado publicamente, ignorado em suas necessidades, culpado por ser vítima de violência, seja ela psicológica, moral, patrimonial, física e/ou sexual, expressões de violência que, segundo a Lei Maria da Penha (2006), são os cinco tipos de violência existentes e que atingem a maioria das mulheres.

Historicamente, as mulheres sempre ocuparam o lugar de subserviência, cumprindo o papel de cuidadora da família e reprodutora. No entanto, não podemos afirmar que a violência que as mulheres negras sofreram na casa grande e adjacências, os estupros pelos senhores de engenho e hoje pelos seus companheiros, pessoas distantes do seu ciclo de amizade, é do mesmo modo que as mulheres brancas que possuem local de privilégio na sociedade patriarcal. Segundo Gonzalez (1984), os brancos sempre estão em lugar de destaque para falar do negro, como se eles mesmos fossem incapazes de se posicionarem quanto as suas questões, principalmente ao se falar em racismo e sexismo, pois este sexismo causa efeitos danosos sobre a mulher negra em particular, aquela que sofre violência verbal todos os dias ao passar na rua e ser atingida por palavras de baixo calão e idealizada enquanto objeto sexual do prazer, sendo associada à mulata (mulher negra corporificada).

A violência contra as mulheres negras tem aumentado de forma assustadora (principalmente as que geram vítimas fatais) e muitas vezes está associada à sua vulnerabilidade social, a dependência financeira que a impede de abandonar o seu cônjuge ou relacionada à dependência emocional, no qual seus companheiros as fazem acreditar que elas sofrem violência por merecerem e que nunca encontrarão alguém melhor que eles para viverem um relacionamento saudável.

O mapa da violência 2015 mostra que o número de assassinatos de mulheres tem diminuído em relação às mulheres brancas ao tempo em que cresceu quanto às negras. É impossível fechar os olhos para o peso que o racismo representa nesta questão, que é uma herança dura e enraizada da colonização e da escravidão no Brasil. (PEREIRA e TAVARES, 2016,p. 181)

Segundo análises feitas através das entrevistas, compreendemos que há uma diferenciação de gênero no viver na rua. A forma como as mulheres devem se proteger nas ruas, é completamente diferente dos homens, pois a violência sexual é muito forte neste ambiente. Quando foi feita a pergunta para a senhora Flor de como era sua rotina na rua, algo que ela logo pontuou foi: “[...] na rua eu só dormia com duas facas na cintura, tá ligado?” E ao longo do roteiro, ela sinalizou nas suas falas que não confiava em homem: “o que eu passei, não confio muito no homem”, disse também que os homens já haviam agredido bastante ela, mas que agora ela não deixaria mais nenhum tocá-la. Além disso, o seu silêncio em determinados momentos demonstrou muito sofrimento ao relembrar o seu passado e trajetória na rua. Um dos exemplos foi no questionamento: você sofreu algum tipo de violência na rua? E Flor respondeu: Ô fia, pula!

O que acontece com essas mulheres no crepúsculo da noite quando ninguém está vendo?

Ele me jogou na linha do trem, colocou a faca no meu pescoço. Me agarrou a força, me bateu pra caramba. E abusou de mim. [...] Eu estava com uma blusa totalmente rasgada. Ele ficou a noite toda me batendo e transando comigo. Ele era forte, eu era miúda. [...] Passou um carro, tipo um jipe, o cara parou. Era um senhor de idade, moreno. Ele parou o carro, me chamou, me oferecendo dinheiro. Eu fui. Ele me jogou pra dentro do carro, me levou para um lugar bem longe e me estuprou no carro dele. [...] Algum tempo depois, eu estava perto da cabine policial. Um senhor de idade me chamou pra tomar um café. Era noite. Ele me pegou e me levou à força pra um mocó lá no Parque D. Pedro e me estuprou lá. Ele me levou no braço. Esse senhor era polícia. (ORTIZ ,2001,p.78)



Flor relatou abertamente sobre a diferença dos homens da rua e das mulheres da rua: “homens é mais fácil, porque homens é barril e mulheres sofre mais porque ela é obrigada a fazer muitas coisas que elas não querem fazer, tá ligado?” Para confirmar este relato, o senhor Cravo revelou que há uma discrepância do sexo masculino para o feminino, porém não discorreu detalhes. O senhor Botão também afirma: “[...] eu já entrei em um grupo que não me dei muito bem na rua, sempre problemático era esses grupos mais que é cheio de onda, gosta de pagar ideia em cima das mulher, aí pronto, desse é o que eu tinha mais bronca”.

Os crimes contra as mulheres no Brasil ocorrem por instante, no entanto, quanto maior for sua vulnerabilidade social, menor serão as providências tomadas para combater esse tipo de crime, menor serão as suas medidas protetivas e maior será a sua exposição frente ao agressor. Nas estatísticas estão os números discrepantes e exorbitantes das mulheres negras vítimas de crimes em relação as mulheres brancas.

Quanto aos homicídios em que as vítimas são mulheres negras, houve um aumento alarmante de 54,2%, passando de 1.864 (2003) para 2.875 vítimas (2013) no país. Processo semelhante se percebe a partir da vigência da Lei Maria da Penha (2006): o número de vítimas aumenta 35% entre as mulheres negras. (PEREIRA; TAVARES, 2016 apud WAISELFSZ, 2015, p. 30)

Se fizermos um estudo mais detalhado, veremos que as mulheres em situação de rua estão muito mais vulneráveis aos crimes do que qualquer outra, independente da sua raça, pois na rua é cada um por si. As mulheres não são donas dos seus próprios corpos quando estão habitando nas ruas e quanto mais jovens elas forem, mais “atrativas” elas estarão para os seus agressores, que neste caso não são somente homens da rua, mas também homens que estão na rua, pois conforme exposto nos capítulos anteriores, há uma diferença entre as pessoas que são da rua e para as que estão na rua.

#### 4.2.3 A perversidade da violência estrutural

A perversidade da violência estrutural faz com que vínculos afetivos e familiares sejam rompidos. Existem vários meios para que este véu seja rasgado, pode ser através do desemprego que muitas vezes impulsiona pessoas a migrarem

para outros territórios na tentativa de algo a curto ou longo prazo que garanta sua sobrevivência. Seja pelas diversas formas de violência como citado no item anterior.

De acordo com os fatos expostos pelos entrevistados, nas ruas esta violência estrutural se demarca de modo ainda mais forte e perverso, pois os indivíduos que se encontram em situação de rua chegaram na margem da pobreza extrema, por isso, é necessário se utilizar de estratégias de sobrevivência nestes espaços, seja para saciar a fome, higiene pessoal e/ou até mesmo para garantir o seu lugar de abrigo nos logradouros.

O primeiro contato com a rua é assustador. Garantir sua sobrevivência ali enquanto criança em transição para a adolescência é bastante doloroso. O senhor Botão não hesitou em abordar como foi a sua primeira experiência ali naquele lugar:

“[...] A rotina na rua, conviver na rua, como eu quando entrei foi com treze anos, cê tem que entender que lá não tinha só eu, eu já encontrei um milhão lá dentro e eu entrei no meio do grupo. [...] você vai chegar sem fala, vai chegar mudo. Se você não era dali, você nunca teve em lugar nenhum fora, com aquela companhia, então você vai... é a mesma coisa, quando você começa a estudar, você vai fazer o quê? Aprender! É a mesma coisa: quando a pessoa sai do meio da sociedade que eu saí quando era criança e caí no meio da escuridão da vida, eu cheguei leigo, sabe? Sem conhecimento, sem saber onde era que eu ia, tremendo mais que uma vara verde. Aí, a rua quando ela vê uma tremedeira, é porque você não tem prática, não tem conhecimento, não é envolvido, não em nada, você é laranjão”.

O relato da senhora Flor ao falar da sua primeira experiência com a rua aos dez anos de idade é afirmando o que o senhor Botão disse em outras palavras. Segundo Flor, na rua, um tem que ter a visão do outro, caso contrário, as relações entram em conflito. “[...] um ajudar o outro na rua, porque se a gente não ajudar o outro, eles ali de cima vai querer pegar a gente e se nós não se unir, quem vai ajudar a gente?”.

Há similitudes nos dois relatos quando afirmam a necessidade de se unir a um grupo para socialização e proteção. Além disso, tem a questão de observar o espaço primeiro para então se inserir totalmente nele.

Eles não negam a violência que sofreram durante a trajetória da adolescência na rua. Afirmam que apanharam muito para aprender como deve se portar neste espaço, que a vingança ou justiça se dá por meio deles mesmo:

“[...] a rua, ela não dá queixa, ela faz vingança. Entendeu? A sociedade ela dá queixa, denuncia. A rua não denuncia ninguém, a rua evita ,executa, faz a cobrança. Entendeu? Por isso mesmo, às vezes a pessoa diz assim: ah, é fulano. Se ele morreu pela mão da rua,deve tá pagando o que ele fez,alguma coisa que ele assumiu e não se responsabilizou,não manteve a responsabilidade de ir e vir, ele só quis ir adquirir e não teve como voltar pá se responsabilizar, aí a pessoa paga, porque lá ninguém dá queixa. E que grupos rivais entram em conflito e apenas um vence.

Durante as entrevistas foi perceptível as cicatrizes pelos corpos dos entrevistados, as marcas que a rua causou nesses indivíduos, os traumas e os aprendizados.

No aspecto alimentação, os meios utilizados por eles no período da adolescência foram diversos: pedir comida nas portas dos estabelecimentos; fazer alguns tipo de “bicos” e roubar os estabelecimentos. Senhor Cravo afirmou que é fácil se alimentar na rua, só precisa que a pessoa não seja preguiçosa, pois é necessário trabalhar. Já a senhora Flor contou sua experiência neste aspecto de forma bastante aberta:

“Ah véi, antes a gente roubava, senão não me alimentava. [...] Era “barrote”. Meu nome era dedo mole, tá ligado? Só que eu nunca passei fome não, pô, passei fome não. Agora, passa agora quando somos honesto. Agora quando roubava,passei fome não. Agora eu não passo fome porque rola uma cesta básica”.

O senhor Botão utilizava outra estratégia, segundo ele:

“[...] Todo dia,deu a hora do almoço,aí vai passar naquela lanchonete ou naquele restaurante,aí passa outros usuários de rua,aí já diz não, aqui é...o grupo de fulano, com pertano, de ciclano, ciclano, ciclano, então eles já não dão aquela alimentação pra outros. Por quê que eles não dão? Porque nós vai fazer a freguesia, fazer o ponto do local. O que é que a gente vai fazer? Não é só comida que eles dão, a gente...aí,como eu to dizendo,tem esse detalhe: pra gente pegar a comida,a gente vai fazer o que? A gente recebeu. Se você é dona daquele restaurante,você deu aquela comida pra gente,sempre não vai um,vai quatro, cinco, seis de vez, de meia uma dúzia.Você atendeu a primeira vez, atendeu a segunda, a gente já vai pagar com a bondade,pra segurar essa freguesia.Como é essa bondade? A gente já vai pegar, conversar com aquele pessoal do restaurante,a direção,coordenação ou ao que for.Tá precisando de ajuda de mais da gente? Assim,assim,assim. Os materiais, os lixos, o entulho,qualquer coisa que você tiver aí,a gente não vai cobrar nada, a gente já tá pagando, tirando daí de dentro através da alimentação que nós está recebendo.Entendeu? aí limpa o ponto,aqueles locais fica limpo porque a pessoa fica de portas abertas.”

E por fim, ao ser reportado o questionamento sobre como é para fazer a higiene pessoal nas ruas, nenhum dos entrevistados demonstraram dificuldades para tomar banho no período em que viveu nas ruas durante a adolescência. As formas para se higienizar foram variadas, porém todos tinham essa prática.

A senhora Flor utilizava as fontes para banhar-se. Geralmente eram os chafarizes que estavam localizados na Preguiça e no Gravatá. O senhor Botão fazia sua higiene pessoal nos postos de gasolina, ele relatou que pegava garrafa pet, enchia, umedecia um pano e passava no corpo. Não era um banho com água corrente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho sobre as estratégias de sobrevivência dos adolescentes em situação de rua foi elaborado devido ao anseio em investigar quais os meios utilizados por essa população para se manterem vivos diariamente na capital baiana. A partir do problema social observado, foram levantadas pesquisas bibliográficas e de campo para compreender o significado do fenômeno população em situação de rua, e os diversos fatores que contribuíram para sua situação social atual.

No capítulo sobre a questão da população em situação de rua no capitalismo contemporâneo, é abordado o surgimento dessa população desde o período da acumulação primitiva, quando se iniciam os primeiros trabalhos industriais, e os camponeses que se utilizavam da terra para sua sobrevivência, as tem roubadas pelos grandes industriais. Nesta época, alguns tiveram a sua mão de obra absorvida pelas fábricas, no entanto, por haver uma população em excesso que as indústrias não conseguiam contratar mais, muitas pessoas não encontraram outra solução a não ser ocuparem os centros urbanos, fazendo dos logradouros públicos o seu local de moradia e ganho financeiro. Assim, com a transição para o sistema capitalista, o problema do pauperismo tornou-se ainda mais grave, pois a pobreza extrema cresce cada vez mais, gerando a desigualdade social a partir do desemprego, da exploração da mão de obra da classe trabalhadora por meio dos donos de capitais - aqueles que detêm os materiais necessários para a produção - surgindo dessa forma, o que muitos autores denominam de a questão social. Com a questão social, ficou evidente o principal fator que contribuiu para o surgimento do fenômeno da população em situação de rua.

Na sociedade contemporânea, há diversos fatores que contribuíram para que ocorresse uma grande evasão de pessoas das suas residências para as ruas, a maioria demarcada por fatores estruturantes (desemprego, fome, pobreza, violência). Alguns autores citam três fatores determinantes: fatores estruturais, fatores biográficos e fatos da natureza.

Em cada país, houve peculiaridades quanto a esse fenômeno, no entanto, todos existiram devido à questão social. No contexto atual, há uma grande semelhança nos locais onde esse público está em maior quantidade: nos grandes centros urbanos. Essa localidade facilita na sua subsistência através dos trabalhos

informais (catar materiais recicláveis, descarregar cargas de caminhões, vender objetos nos sinais, pedir esmolas nas ruas).

Essa população carrega consigo estigmas, preconceitos e a culpabilização por estarem nessa situação. Dessa forma, o Estado não assume o seu papel quando se trata das políticas públicas de proteção para a população em situação de rua.

Foi somente após a Chacina da Sé que ocorreu em 2004 que a população em situação de rua passou a ganhar visibilidade nas mídias sociais, pois os movimentos sociais passaram a lutar pelos direitos desta população específica, apesar do direito à vida, propriedade e segurança estarem presentes nos marcos da Declaração Universal dos Direitos Humanos no pós-segunda guerra.

Após grandes mobilizações, algumas conquistas já foram alcançadas por esta população, como a implantação da Política Nacional para População em Situação de Rua em 2009 e uma nova definição conceitual para as pessoas estigmatizadas como moradores de rua, mendigos, andarilhos. Além disso, desde a Política Nacional da Assistência Social implantada em 2004, que existe um mecanismo de proteção para a população vulnerável, porém não especificamente para a população em situação de rua, mas aqueles com vínculos rompidos.

De acordo com o levantamento de dados sobre abrigos existentes na capital baiana, existe um déficit nesses espaços de abrigo, pois para acolher 21.130 pessoas em situação de rua, há apenas três locais operantes, enquanto duas unidades de acolhimento foram fechadas após a copa do mundo. Vale ressaltar, que para os adolescentes acessarem estas unidades, é necessário estar no convívio familiar, porém a maioria deles já se inserem nas ruas com os vínculos familiares fragilizados.

No capítulo sobre adolescência e pobreza no Brasil, é destacado o fator estrutural como determinante para a evasão dos adolescentes de suas residências, pois através dessa violência é que surgem as violências físicas e principalmente sexual. Desse modo, afirmar que as pessoas estão nas ruas por escolhas próprias, e quando nos referirmos aos adolescentes, afirmar que por questão de rebeldia optaram pelas ruas, é algo bastante equivocado, pois circunstâncias estruturais se tornam um grande fator para que isso ocorra.

Através de pesquisas bibliográficas, ficou comprovado que os adolescentes se utilizam em primeiro lugar do pedir dinheiro, em segundo lugar das atividades informais para sobreviverem nas ruas e em terceira lugar estão os pequenos delitos.

A população em situação de rua é composta de trabalhadores informais em sua maioria, pois, para fazerem parte do mercado de trabalho formal, é necessário ter um comprovante de residência para demarcar seu espaço como cidadão. Além disso, é necessário ter a carteira de identidade e carteira de trabalho e previdência social, no entanto, quando não há uma residência fixa para proteger essas documentações, torna-se limitado a inserção desse público no trabalho formal.

Na cidade de Salvador, os adolescentes em situação de rua geralmente se concentram no centro antigo, pois fica próximo dos espaços comerciais, o que facilita a venda da mão de obra, sendo ela uma das suas formas de sobrevivência. Outra questão relevante para se abordar quando falamos sobre os meios de subsistência, é nos referirmos ao uso de substâncias psicoativas que tem uma grande importância na inserção e proteção do indivíduo nas ruas através da inclusão nos grupos de rua ou da sociedade que esses tipos de substâncias proporcionam.

Se formos fazer uma análise histórica do lugar dos adolescentes negros, iremos perceber que eram sempre os de baixa renda os recrutados para os trabalhos braçais mais pesados e para punição por pequenos delitos. Assim, surgem as primeiras instituições de coerção de crianças e adolescentes. A mais conhecida foi a Fundação Estadual do Bem Estar dos Menores (FEBEM) que tinha como objetivo aparente cuidar do bem estar das crianças e dos adolescentes, no entanto, as punições, coerções e corrupções permaneciam as mesmas.

A extinção dessa instituição deu margem para a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que buscou reforçar os vínculos afetivos entre os familiares com as crianças e os adolescentes, garantindo direitos para as crianças e os adolescentes e dando prioridade a esta geração no momento da criação e execução de políticas públicas.

Embora exista o ECA que garanta proteção integral a esse público, podemos observar que há uma população específica para a execução desses direitos, crianças e adolescentes de classe média, de tonalidade da pele branca, enquanto aqueles que estão às margens da sociedade, residentes das periferias, de cor negra, se tornam invisibilizados para as políticas que garantam os mínimos necessários para sua sobrevivência.

O capítulo quatro retrata os métodos utilizados para aprofundar os conhecimentos acerca do problema levantado na pesquisa para que então pudesse iniciar a pesquisa de campo exploratória. A princípio foi utilizado a revisão bibliográfica para nos aproximarmos do tema, tendo embasamento tanto nos métodos qualitativos quanto nos quantitativos, pois os dois se complementam, o primeiro tratando das relações humanas e subjetivas, e o segundo de modo mais concreto e objetivo.

Somente após a o percurso do levantamento bibliográfico, rede de contatos, que então fomos a campo. Através das riquezas subjetivas presente no fenômeno dos adolescentes em situação de rua se foi pensado em um roteiro de entrevista semi estruturada com uma pergunta central: como é sua vida? E a partir desse questionamento observamos toda uma trajetória de vida antes da rua e no período da rua.

O maior desafio foi conseguir entrar em contato com os adolescentes em situação de rua no bairro do Pelourinho. Pois antes de iniciar uma pesquisa de campo, é necessário criar vínculos com o sujeito seja através de instituições, seja através de pessoas. No entanto, ao se tratar desse público específico, as instituições que tinham algum tipo de vínculo, atuam de forma individual, sem abrir para o público externo uma participação com esses adolescentes. Desse modo, a linha da pesquisa teve que ser um pouco modificada, direcionando o roteiro de entrevista para pessoas que tiveram sua trajetória da adolescência em situação de rua.

A instituição acolhedora foi o Movimento População de Rua, que fica localizada no bairro Pelourinho. Por ser uma instituição que assiste a população de rua adulta, as demandas com adolescentes surgem de modo espontâneo, porém, nos dias no qual estive presente no movimento, não surgiu nenhuma delas de forma espontânea. Por isso, as entrevistas foram voltadas para o público adulto e só pode ser desenvolvida através do contato dos profissionais do movimento com os entrevistados.

A maioria dos entrevistados apresentaram resistência ao relatar sua trajetória de vida. Era nítido no olhar o quanto aquelas perguntas tinham um significado profundo para cada uma daquelas pessoas. Ao perguntar: como era sua vida antes da rua? Pude perceber um olhar distante, triste e a fala silenciar. Relembrar todo um processo de dor e violência no contexto familiar é um preço muito alto a se pagar. Por isso, os relatos não eram profundos, mas as suas reflexões diziam muito.



As experiências da pesquisa qualitativa no campo, expondo as análises feitas com três entrevistados que relataram suas vivências no período da sua adolescência em situação de rua (formas de abrigo; higiene pessoal; alimentação; proteção) foram bastante ricas e inquietantes ao mesmo tempo. E foi somente através dos relatos que as análises puderam ser feitas.

Fazer uma análise sobre a questão de gênero no contexto social de desigualdade das mulheres que estão em situação de rua, é afirmar mais uma vez que há uma diferenciação no tratamento das mulheres quando estão presentes na vulnerabilidade social, envolvendo a sua total desproteção por parte dos órgãos públicos. Falar sobre gênero como um demarcador social de violência é expor a questão da raça e sexismo tão presente na nossa sociedade patriarcal.

Outra análise feita foi quanto à perversidade da violência estrutural que leva diariamente de forma obrigatória as pessoas para os grandes centros urbanos trabalharem de modo informal durante o dia e se refugiar ali como seu principal abrigo à noite.

Com a discussão teórica e a investigação empírica sobre as estratégias de sobrevivência adotadas pelos adolescentes em situação de rua ou que tiveram a trajetória da adolescência na rua, pude observar que há uma heterogeneidade ao nos retratarmos a esse público, pois nem todos vão para rua por sofrerem violência física ou sexual no seu ceio familiar. Alguns por fazerem o uso de substâncias psicoativas acabam findando vínculos com seus familiares e recorrem aos logradouros públicos; outros por se encontrarem no exército industrial de reserva e não ter mais como manter sua família financeiramente e diversos outros fatores.

As pessoas em situação de rua se utilizam dos membros do seu corpo para sobreviver, trabalhando de modo informal no descarregamento de produtos dos baús dos caminhões; utilizando os seus talentos como artistas de rua; limpando o lixo que ficam na frente dos estabelecimentos em troca de alimentos; fazem malabarismos no trânsito; vendem água nas sinalleiras; vendem balas nos transportes públicos; recitam poesia; se prostituem; pedem dinheiro nas portas de igrejas, bares e restaurantes e alguns cometem furtos ou roubos. Nos relatos, percebi que há uma necessidade da venda da força de trabalho dessa população, porém não dão oportunidades de emprego e quando usam as guias para vender os produtos, o próprio poder público retira deles, agridem e perseguem.

Para eles se abrigarem nas ruas, era necessário primeiro conhecer o espaço, criar vínculos com aqueles moradores mais antigos da rua, passar por determinados tipos de testes para provar que estava apto a conviver naquele ambiente e se realmente era alguém que poderia confiar e não fazia parte do grupo rival.

No quesito da higiene pessoal, o mais simples era recorrer aos chafarizes e se banhar ali. Outros eram nos estabelecimentos comerciais ou em alguma instituição acolhedora.

O tema sobre as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos adolescentes em situação de rua foi crucial para compreender o quanto o problema estrutural do sistema capitalista, a própria questão social, é latente para delimitar o espaço no qual essas pessoas estarão, que neste caso estão à margem da sociedade. São cidadãos sem direitos, carregados por estigmas e preconceitos, totalmente invisibilizados e massacrados todos os dias. Vale ressaltar que essa população discriminada tem cor e classe social.

Compreender quem são estas pessoas e o que fazem para sua sobrevivência, trouxe-me reflexões a respeito do conhecimento que eles tem sobre seus direitos violados, do seu posicionamento político, das suas falas totalmente articuladas e a sua busca incessante por se fazerem vistos perante a sociedade como sujeitos de direitos.

Ouvir o modo como agem na rua para garantir sua alimentação do dia, para se proteger dos perigos que a própria rua causa, foi fundamental para desfazer uma visão estereotipada que havia criado durante anos a respeito desses sujeitos, pois ao falar sobre pessoa em situação de rua, é muito mais fácil associá-la a infratores, meliantes, seres estranhos que representam perigo a sociedade.

Através dessa produção acadêmica, muitos leitores passarão a compreender um pouco da realidade dessas pessoas, as poucas políticas públicas ofertadas para elas, às violências nas quais estão sujeitas, que estão nas ruas por vários motivos e não por escolha própria, que nem sempre furtam, matam ou roubam para sobreviver e que necessitam ter o seu local de fala para lutarem pelos seus direitos fundamentais: vida; liberdade; segurança e propriedade.

## REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Capitães da areia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Brasília, DF, maio de 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, novembro de 2005.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Editora Zahar, 1977.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v.16, n.02. Anual.

COSTA, M.C.O; CARVALHO,R.C. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência e saúde**, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000500010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500010)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

DEBERT, G. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, n. 42.São Paulo,1999.

Estatuto da Criança e do Adolescente.Lei Federal nº 8069/90 , de 13/07/1990. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.Rio de Janeiro, maio de 2017.

ESTIVALET,A.G. Da infância à juventude: a trajetória dos “sem lugar” que vivem nas ruas de Porto Alegre. **Poiésis**, Santa Catarina, 2011. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/711/773>. Acesso em: 09 fev. 2018.

FERREIRA, F.P.M. Crianças e adolescentes em situação de rua e seus macro determinantes. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. v20, n.2, p. 338-349, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/07.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

GAUTHIER, J. Metade dos menores de rua é viciada em crack. **Correio da Bahia**. Salvador, 17 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/metade-dos-menores-de-rua-e-viciada-em-crack/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

GONÇALVES,V.R. **Adolescentes em conflito com a lei e o trabalho: (im) possibilidade de cidadania**. Londrina, 2011. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:12f3oMTYqJMJ:www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/VANESSA%2520REGINA%2520VIEIRA%2520GONCALVES.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 07 set. 2017.

GONTIJO, J.T; MEDEIROS,M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência e saúde coletiva**. 2009. Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a15v14n2>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. 1984.

HUTZ, C.S; KOLLER, S.H. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Sul, p.175-197, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a11v2n1.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

MARTINS, R.A. Uma tipologia de crianças e adolescentes em situação de rua baseada na análise de aglomerados. **Psicologia: reflexão e crítica**. São José do Rio Preto, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n2/14349.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

MARX,K. **O capital**. Editora Boitempo: 2013, p.982.

MENEZES, D.M.A; BRASIL,K.C.T. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. **Psicologia: reflexão e crítica**, vol.11 n.2, Porto Alegre, 1998. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6123>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora vozes: Petrópolis, 1994.

MIRANDA, N.C.J. PEREIRA, G.C. **População de rua em Salvador-Ba: reflexões sobre o espaço urbano e o direito à cidade**. Disponível em:< <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/8/253.pdf>>. Acesso em:

MIRANDA, S.G. **Criança e adolescente em situação de rua: políticas e práticas sócio-pedagógicas do poder público em Curitiba**. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.nupe.ufpr.br/sonia.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

ORTIZ, C.E. **Esmeralda: Por que não dancei**. 3.ed. São Paulo: SENAC, 2001.

PALUDO, S. S; KOLLER, S.H. Resiliência na rua: um estudo de caso. **Psicologia: teoria e pesquisa**, vol.21 n.2, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000500010>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

PEREIRA, L; TAVARES,M,S. **O mapa da violência 2015 e o crescimento da vitimização das mulheres negras**, vol. 4, n.1, 2016.

SALZGEBER, S.B. **Adolescentes em situação de rua: desafio e possibilidades. Responsabilidades**, Belo Horizonte, v.1 ,n.2, p.323-343, set.2011/fev.2012. Disponível em:

<[http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao02/11.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao02/11.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

SANTANA, J.P. **Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua**: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos. Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/2162>.> Acesso em: 26 jul. 2016.

SILVA, E.R.A; MELLO, S.G. Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da rede sac: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, 2004.

SILVA, F.P. **As práticas de saúde das equipes dos consultórios de rua**. p.20-25. Disponível em: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/10830/dissertacao\\_felicialle.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/10830/dissertacao_felicialle.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 14 ago. 2016.

SILVA, L.N; KOLLER,S.H. **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**: a rua como contexto de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SILVA,M.L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Brasília, 2006.

VERONESE,J.R.P; RODRIGUES,W.M. **A figura da criança e do adolescente no contexto social**: de vítimas a autores de ato infracional. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

YAZBEK,M.C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, n.3, p35, 2001.

**APÊNDICE A** - Roteiro para entrevista com as pessoas que tiveram a trajetória da adolescência na rua.

Nome:

Idade:

Sexo:

Raça/etnia

Roteiro de entrevista

- 1- Trajetória de vida (antes da situação da rua)
  - Família de origem: quem eram? Onde viviam? O que faziam?
  - Neste período, você teve acesso à educação escolar?
  - Você vivenciou experiências de violência nesse contexto?
  
- 2- Trajetória de vida no contexto da situação de rua
  - Quais os motivos que te levaram a viver na rua?
  - Como é a vida na rua? (o que faz; como é a sua rotina; como se alimenta; quais as estratégias utilizadas para se abrigar; fazer higiene).
  - Como se protege na rua?
  - Já sofreu alguma violência na rua?
  - Como é sentir medo na rua?
  - Fale sobre o preconceito
  - Há alguma diferença na vida de homens e mulheres de rua?
  
- 3- Acesso aos serviços de saúde
  - Como é adoecer na rua?
  - Você recorre aos serviços de saúde pública?
  - Quais foram os serviços de saúde que você já utilizou?
  - Como é o atendimento nestes serviços de saúde?
  
- 4- Acesso aos serviços de abrigamento
  - Você já utilizou os albergues, casa de pernoite ou abrigos ofertados pela prefeitura?
  - Você enfrentou alguma dificuldade para acessá-lo?
  - Como é a infraestrutura do local?